

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
16º Concurso para Provimento de cargos de Procurador da República

Gabarito no final

PROVA OBJETIVA

Prezado (a) Candidato (a),

LEIA ATENTAMENTE as instruções abaixo, enquanto aguarda o sinal de início da prova.

1. VERIFIQUE com a maior atenção, este CADERNO DE PROVA. Deve conter 120 (cento e vinte) questões. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões, impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.

2. PARA SUA SEGURANÇA:

- a) Procure utilizar bem o tempo de prova;
- b) Responda inicialmente as questões que lhe parecerem mais fáceis, deixando para o final aquelas que requerem exame ou consulta mais aprofundada;
- c) Assinale a alternativa escolhida no Caderno de Prova;
- d) Reveja as questões, conferindo sua resposta ANTES de registrar sua opção na Folha de Respostas-RASCUNHO;
- e) Encerrando o registro de sua opções na Folha de Respostas-RASCUNHO, solicite ao Fiscal mais próximo, a sua Folha de Respostas, para transcrição de suas escolhas em definitivo.

NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS.

2. ATENÇÃO – SUA FOLHA DE RESPOSTAS SERÁ CORRIGIDA POR LEITURA ÓTICA.
POSTANTO:

- f) Marque suas respostas observando o exemplo abaixo e as indicações constantes da Folha de Respostas;
- g) Ao transcrever suas opções para a Folha de Respostas, USE somente CANETA ESFEROGRÁFICA nas cores AZUL ou PRETA;
- h) Terminando de transcrever suas opções, chame o fiscal mais próximo e devolva o Caderno de Prova utilizado e a Folha de Respostas preenchida;
- i) Há uma única alternativa CORRETA
- j) DESCONHECENDO A RESPOSTA CORRETA, É IMPRESCINDÍVEL ASSINALAR NA FOLHA DE RESPOSTAS A ALTERNATIVA (E);

4. LEMBRE-SE:

- k) QUATRO RESPOSTAS ERRADAS ANULAM UMA CERTA;
- l) Deixando em branco – ALTERNATIVA E – você não será penalizado;

A INCORREÇÃO OU RASURA NO PREENCHIMENTO PODERÁ PREJUDICÁ-LO

GRUPO I - CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO

1. Assinale a opção correta:

- a) são invioláveis a intimidade, a vida pública e privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação;
- b) aos litigantes, apenas em processo judicial, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes;
- c) é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística, não podendo a lei conter dispositivo que constitua embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, incisos IV, V, X, XIII e XIV;
- d) são inadmissíveis, no processo criminal, provas obtidas por meios ilícitos, salvo nas hipóteses de crimes hediondos, crimes do colarinho branco, de narcotráfico e contra o sistema financeiro.

2. A Constituição garante o direito de propriedade:

- a) mas admite a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, sempre mediante justa e prévia indenização em dinheiro;
- b) mas estabelece que a propriedade deverá atender a sua função social, considerando cumprida tal função, tanto em relação aos imóveis rurais como urbanos, se o proprietário possuir apenas um imóvel;
- c) permitindo, todavia, o uso de propriedade particular pela autoridade competente mediante requisição, no caso de iminente perigo público, assegurada indenização ulterior ao proprietário, se houver dano.
- d) assegurando ao proprietário do solo a do subsolo, com as jazidas, recursos minerais e potenciais de energia hidráulica.

3. O Poder Constituinte:

- a) é derivado, quando exercido pelo Congresso Nacional, de forma incondicionada e a qualquer tempo, sendo limitado apenas por cláusulas pétreas;
- b) confunde-se, por definição, com o Poder Legislativo e tem a mesma natureza deste, sendo, assim, autônomo e limitado apenas pelo Direito Natural;
- c) pode ser originário ou derivado, tendo, neste último caso, limitações circunstanciais e substanciais;
- d) nos Estados da Federação é chamado decorrente porque decorre de Assembléia Constituinte estadual, sem quaisquer limitações.

4. As Constituições podem ser classificadas, segundo a doutrina, em:

- a) rígidas: aquelas que somente podem ser modificadas mediante plebiscito ou por Assembléia Constituinte eleita para tal fim;
- b) flexíveis: as que podem ser reformadas mediante processo de emendas à Constituição exercido pelo Poder Constituinte derivado;
- c) rígidas: aquelas que somente podem ser modificadas por meio de processo distinto do de elaboração de leis ordinárias, realizado pelo Poder Constituinte derivado com as limitações estabelecidas no próprio texto da Constituição;
- d) flexíveis: as que permitem alteração pelo intérprete de suas normas, por não terem caráter dogmático, sendo desnecessária ruptura constitucional.

5. As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal:

- a) produzem eficácia contra todos e efeito vinculante na arguição de descumprimento de preceito fundamental;
- b) têm efeito erga omnes e vinculante, após a suspensão da lei pelo Senado Federal em todas as hipóteses de declaração de inconstitucionalidade;
- c) produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e do Poder Executivo, se proferidas em ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
- d) têm efeito erga omnes e ex tunc desde a publicação do acórdão, seja no controle difuso ou no controle concentrado de constitucionalidade.

6. Considerando o problema da eficácia das normas constitucionais, de acordo com a terminologia usada pela doutrina, pode-se afirmar que:

- a) as normas constitucionais não auto-aplicáveis, por dependerem de normas ordinárias que lhes completem a eficácia, não são imperativas ou obrigatórias;
- b) todas as normas constitucionais são imperativas, de cumprimento obrigatório e vinculam o legislador ordinário;
- c) apenas as normas constitucionais de eficácia plena e de eficácia contida vinculam o legislador e têm caráter imperativo e obrigatório;
- d) as normas de eficácia limitada, declaratórias de princípios programáticos e institutivos ou organizativos, não são imperativas ou obrigatórias.

7. De acordo com o modelo federativo brasileiro e com fundamento nas normas constitucionais de competência da União Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios :

- a) os Estados ao adotarem suas Constituições e leis devem observar obrigatoriamente apenas os princípios sensíveis da federação;
- b) as normas federais são hierarquicamente superiores às normas estaduais e municipais;
- c) existindo lei federal sobre normas gerais, nas hipóteses de competência concorrente, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades;
- d) não podem os Estados, em nenhuma hipótese, legislar sobre questões específicas relativas a matérias da competência privativa da União.

8. No âmbito da hermenêutica constitucional :

- a) em caso de dúvida, decorrente de texto ambíguo, declara-se sempre a inconstitucionalidade total da norma infraconstitucional;
- b) interpreta-se a Constituição segundo as normas infraconstitucionais complementares;
- c) não se declara a inconstitucionalidade de norma infraconstitucional cujo texto admite mais de uma possibilidade interpretativa, sendo uma delas inconstitucional;
- d) declara-se a inconstitucionalidade parcial sem redução do texto, interpretando-se a norma infraconstitucional conforme a Constituição, se a referida norma admite mais de uma possibilidade hermenêutica e uma delas é inconstitucional.

9. Segundo as normas estabelecidas na Constituição Federal para o processo legislativo:

- a) o Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, pode autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;
- b) a matéria constante de proposta de emenda à Constituição ou de projeto de lei rejeitada ou havida prejudicada não pode ser objeto de nova proposta ou de novo projeto na mesma sessão legislativa;
- c) o Congresso Nacional, mediante resolução, especificará o conteúdo e os termos da delegação conferida ao Presidente da República para elaborar leis delegadas sobre qualquer matéria que considere relevante;

d) nas hipóteses de leis complementares, que são aprovadas por maioria absoluta dos Membros do Congresso Nacional, o veto presidencial, se houver, está automaticamente rejeitado, pois a rejeição se dá pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.

10. De acordo com as normas de organização e funcionamento do poder legislativo na Constituição Federal, pode-se afirmar que :

a) o Legislativo é organizado, no âmbito federal, segundo o sistema bicameral, sendo o Senado Federal composto de representantes dos Estados e a Câmara de Deputados composta de representantes do povo em número a ser fixado, proporcionalmente ao número de eleitores, nas Constituições Estaduais;

b) os Membros do Congresso Nacional são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, não podendo ser processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa, nem presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, hipótese em que, no prazo de vinte e quatro horas, a respectiva Casa, pelo voto secreto da maioria de seus Membros, resolverá sobre a prisão e autorizará, ou não, a formação de culpa;

c) compete ao Senado Federal autorizar a instauração de processos de impeachment contra o Presidente da República pela prática de crimes comuns e de responsabilidade;

d) as comissões parlamentares de inquérito, que podem ser criadas mediante deliberação de um terço dos Membros do Congresso Nacional para fiscalizar a administração pública por prazo indeterminado, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

11. Compete ao Presidente da República, no exercício de suas prerrogativas constitucionais:

a) exercer o Poder Executivo federal, auxiliado pelos Ministros de Estado, nomeados dentre brasileiros natos após a aprovação pelo Senado Federal;

b) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

c) decretar e executar a intervenção federal, desde que autorizado previamente pelo Congresso Nacional;

d) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição, bem como expedir medidas provisórias com força de lei, em casos de relevância e urgência, devendo submetê-las ao Congresso Nacional no prazo de trinta dias.

12. O Poder Judiciário, segundo as normas constitucionais relativas a sua organização e funcionamento :

a) tem assegurada sua autonomia administrativa e financeira, cabendo, no âmbito da União e dos Estados, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais, encaminhar sua proposta orçamentária dentro dos limites que entender necessários ao seu funcionamento regular;

b) deverá preencher o quinto constitucional, em todos os Tribunais, com representantes do Ministério Público e advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada;

c) é constituído, em todo o País, de Tribunais e Juízos da Justiça Federal e Estadual, especializada ou comum, sendo que apenas o Supremo Tribunal Federal tem jurisdição em todo o território nacional;

d) como um dos Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, assegura a seus Membros garantias e lhes impõe vedações, visando a preservar sua isenção e independência.

13. É da competência:

a) do Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em última instância, quando a decisão recorrida contrariar a Constituição ou negar vigência a lei federal nas hipóteses de interpretação uniforme já consolidada em Súmula;

b) do Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, por crimes comuns e de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito

Federal, os membros dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho e os do Ministério Público da União que oficiem perante Tribunais;

- c) da Justiça Federal de primeira instância, processar e julgar, em todos os casos, os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, bem como as infrações penais de membros dos Conselhos de Contas dos Municípios e a disputa sobre direitos indígenas, se se tratar de terras devolutas estaduais;
- d) dos Tribunais Regionais Federais julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juizes estaduais no exercício da competência federal ou estadual, mesmo se, eventualmente, fora da área de sua jurisdição.

14. O Ministério Público, segundo a Constituição Federal:

- a) tem como princípios constitucionais a independência funcional e administrativa de seus Membros, bem como a uniformidade e a indivisibilidade;
- b) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da União Federal em juízo, da ordem jurídica e democrática e dos interesses difusos e coletivos;
- c) tem, dentre suas funções institucionais, a de promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei, e a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- d) tem garantias análogas às da magistratura, como a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos, mas não quaisquer vedações no exercício de suas funções institucionais como agentes políticos em defesa da sociedade.

15. A Ordem Social, na Constituição da República:

- a) estabelece a educação como dever do Estado e da família, e direito de todos, devendo o ensino ser ministrado com base no pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, sendo vedado o ensino religioso e ministrado o ensino fundamental regular exclusivamente em língua portuguesa;
- b) tem como objetivos o bem-estar e a justiça sociais, e como base o primado do trabalho;
- c) estabelece que as instituições privadas com fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, podem participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes próprias e recebendo recursos públicos para auxílios ou subvenções;
- d) assegura assistência social aos necessitados somente mediante contribuição à seguridade social, salvo no caso da gestante e do trabalhador em situação de desemprego voluntário.

16. São princípios constitucionais que regem a ordem econômica e financeira:

- a) as leis de mercado, a livre concorrência e a liberdade de iniciativa, ressalvado o monopólio dos meios de produção pelo Estado para assegurar o bem-comum;
- b) a vedação da participação do capital estrangeiro nas instituições bancárias e financeiras nacionais;
- c) a soberania nacional, a propriedade privada e o domínio dos mercados, eliminando-se a concorrência pelo estabelecimento de monopólios, oligopólios, trustes ou cartéis, para maior eficiência e melhor qualidade dos produtos em defesa do consumidor;
- d) a livre concorrência, a defesa do consumidor e do meio ambiente e a busca do pleno emprego.

17. A respeito da responsabilidade do servidor e comunicabilidade de instâncias, pode-se dizer que:

- I. a absolvição judicial só repercute na esfera administrativa se negar a existência do fato ou afastar do acusado a respectiva autoria.
- II. a Administração pode demitir funcionário por corrupção passiva com base, apenas, no inquérito administrativo;

III. a absolvição do réu funcionário, por não provada a autoria, não prejudica punição administrativa por falta residual.

Analisando as assertivas acima verifica-se que:

- a) apenas a I está correta;
- b) apenas a II está correta;
- c) apenas a III está correta;
- d) todas estão corretas.

18. Em relação ao procedimento licitatório, pode-se afirmar que

- I. ele pode ser anulado por interesse público ou revogado por motivo de ilegalidade;
- II. no caso de empate entre licitantes é possível considerar vantagens contidas nas propostas mas não previstas pelo edital para a declaração do vencedor;
- III. leilão é a modalidade de licitação utilizável para a venda de bens móveis e de bens imóveis, estes últimos apenas quando adquiridos mediante procedimento judicial ou por dação em pagamento.

Analisando as afirmativas acima, verifica-se que:

- a) todas estão erradas
- b) apenas a I está correta
- c) apenas a II está correta
- d) apenas a III está correta

19. O ato Administrativo :

- I. é perfeito quando esgotadas as fases necessárias à sua produção;
- II. é válido quando foi expedido em absoluta conformidade com as exigências do sistema normativo;
- III. é eficaz quando está disponível para a produção de seus efeitos próprios, ou seja, quando o desencadear de seus efeitos típicos não se encontra dependente de qualquer evento posterior, como uma condição suspensiva, termo inicial ou ato controlador a cargo de outra autoridade.

Analisando as afirmativas acima, verifica-se que :

- a) todas estão corretas;
- b) apenas a I e a II estão corretas;
- c) apenas a I e a III estão corretas;
- d) apenas a II e a III estão corretas.

20. As Autarquias :

- I. podem ser criadas sem especialização de seus fins, ou seja, não estão limitadas a exercer certas e determinadas atividades;
- II. devem ser criadas por lei, mas não possuem capacidade de auto-administração;
- III. são criadas para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

Analisando as assertivas acima, verifica-se que:

- a) todas estão erradas;
- b) apenas a I está correta;
- c) apenas a II está correta;
- d) apenas a III está correta.

21. O ato Administrativo pode ser revogado:
- I. por ter sido praticado por autoridade incompetente
 - II. por ter perdido sua utilidade
 - III. por ferir direito líquido e certo do particular

Analisando as assertivas acima, verifica-se que:

- a) todas estão corretas;
- b) apenas a I está correta;
- c) apenas a II está errada;
- d) todas estão erradas.

22. O administrador da coisa pública:

- I. pode fazer tudo que a lei não proibir;
- II. só pode fazer o que a lei permitir;
- III. pode criar seus próprios limites, mediante norma regulamentar.

Analisando as afirmativas acima, verifica-se que:

- a) todas estão corretas
- b) apenas I está correta
- c) apenas a II está correta
- d) apenas a III está correta

23. Sendo a servidão administrativa um direito real de gozo, ela:

- I. não exige lei específica;
- II. pode ser estabelecida sobre imóveis da própria pessoa jurídica de direito público;
- III. não limita a propriedade.

Analisando as assertivas acima, verifica-se que :

- a) todas estão erradas
- b) apenas I está correta
- c) apenas a II está correta
- d) apenas a III está correta

24. O Processo Administrativo Disciplinar

- I. deve observar, entre outros, os princípios da oficialidade, da gratuidade e da atipicidade;
- II. exige o contraditório, salvo nos casos em que se investiga a prática de crime funcional;
- III. em que for verificada a existência de vício insanável, terá sua nulidade, total ou parcial, declarada pela autoridade julgadora, que ordenará a constituição de outra comissão, para instauração de novo processo.

Analisando as assertivas acima verifica-se que:

- a) apenas a I está errada.
- b) Apenas a II está errada.
- c) Apenas a III está errada.
- d) Todas estão erradas.

25. O servidor público civil estável pode perder o cargo:

- I. por sentença judicial, ainda que sujeita a recurso;
- II. em virtude de processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III. em virtude de sua diplomação como vereador municipal;
- IV. em virtude de sua convocação para o serviço militar.

Analisando as assertivas acima, verifica-se que:

- a) todas tão corretas;
- b) apenas a II está correta;
- c) apenas a IV está errada;
- d) todas estão erradas.

26. O contrato administrativo tem como característica:

- I. a presença de cláusulas exorbitantes;
- II. sua imutabilidade;
- III. incompatibilidade total com a natureza do contrato de adesão;

Analisando as assertivas acima, verifica-se que:

- a) todas estão erradas.
- b) apenas a I está correta.
- c) Apenas a II está correta
- d) Apenas a III está correta

27. É correto afirmar que

- I. o controle da Administração Pública é exercido por ela própria previamente e pelos Poderes Legislativo e Judiciário apenas posteriormente.
- II. Os recursos administrativos com efeito suspensivo impedem a fluência do prazo prescricional;
- III. A representação administrativa contra abuso de autoridade, dirigida à autoridade superior à que for acusada, é condição para o início de processo-crime contra essa mesma autoridade.

Analisando as assertivas acima, verifica-se que:

- a) todas estão corretas
- b) apenas a I está correta
- c) apenas a II está correta
- d) apenas a II e a III estão corretas

28. A existência de limitações administrativas específicas sobre determinado imóvel particular, impedindo seu uso regular:

- I. assegura o direito de permutar esse imóvel com outro de igual valor de propriedade da pessoa jurídica de direito público que estabeleceu a limitação administrativa;
- II. permite ao seu proprietário pedir indenização pelo prejuízo sofrido;
- III. nada assegura ao seu proprietário, na medida em que prevalece o interesse público sobre o interesse particular.

Analisando as assertivas acima, verifica-se que:

- a) todas estão erradas
- b) apenas a I está correta

- c) apenas a II está correta
- d) apenas a III está correta

29. Terceiro responsável pelo crédito tributário, segundo o Código Tributário Nacional, pode eximir-se do seu recolhimento, arguindo:

- a) não ser solidária a obrigação tributária;
- b) o privilégio da excussão à vista do princípio de inexistir, no caso, a responsabilidade objetiva;
- c) somente caberia a sua responsabilidade nas obrigações acessórias por inexistir atuação culposa do agente contribuinte;
- d) todas as alternativas são incorretas.

30. Ocorre o fato gerador do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em se cuidando de mercadoria importada:

- a) no momento da entrada ficta, no país, considerada a partir da assinatura do contrato de importação da mercadoria com a filial da exportadora estabelecida no Brasil;
- b) com o simples ingresso da mercadoria no estabelecimento do importador;
- c) quando do recebimento da mercadoria, ao ensejo de respectivo desembaraço aduaneiro;
- d) nenhuma alternativa é correta porque a ocorrência do fato gerador, na espécie, reclama satisfação de um outro requisito acima não especificado.

31. A progressividade do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

- a) só é admissível, à vista do texto constitucional, em caráter de extrafiscalidade, com o objetivo de atender a função social da propriedade, desde que obedecidos certos requisitos;
- b) é permitida porque se trata de imposto pessoal em que é levada em conta a capacidade econômica do contribuinte;
- c) é permitida mediante a concessão de isenções parciais sobre a alíquota desse tributo com base no valor venal do terreno e da edificação, sob critérios definidos em lei estadual;
- d) não é permitida em nenhuma hipótese em face da natureza real desse imposto.

32. A renda obtida pelo Serviço Social do Comércio (SESC) na prestação de serviços de diversão pública mediante a venda de ingressos de cinema ao público, em geral, aplicada em obras assistências:

- a) é isenta do imposto sobre Serviços;
- b) é isenta do Imposto sobre Serviços se os ingressos se destinarem a pessoas abrangidas pelas atividades assistências do SESC;
- c) não é isenta do Imposto sobre Serviços;
- d) é imune à tributação do Imposto sobre Serviços.

33. Na venda de produto isento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é correto dizer:

- a) que o Fisco pode exigir do comerciante-vendedor do produto isento o pagamento do ICMS por ter o usuário-adquirente desse produto desviado a finalidade de sua aplicação, configurando-se aí a responsabilidade tributária do vendedor por estar ele relacionado pessoal e diretamente com a situação que constituiu o fato gerador;
- b) Que o vendedor é responsável solidário se o comprador do produto isento desvia-o da sua finalidade em razão do princípio de que a responsabilidade por infração da legislação tributária independe da vontade do agente ou responsável;
- c) Que o Fisco pode exigir do comerciante vendedor do produto isento o pagamento do ICMS por ter o usuário-adquirente desse produto desviado a finalidade da sua aplicação, porque, no

caso, o vendedor é considerado contribuinte de direito e pode repassar ao contribuinte de fato o respectivo encargo tributário;

d) Nenhuma alternativa é verdadeira.

34. A Constituição atual, no pertinente ao imposto, adotou a política legislativa:

a) de sistema igual ao da Constituição de 1967 com a Emenda Constitucional nº 1, no ponto relativo ao poder de isentar tributo;

b) de competência residual concorrente entre as pessoas de direito público interno nos três níveis de governo;

c) de competência residual reservada unicamente à União;

d) de competência não partilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para instituir a contribuição de melhoria.

35. Na venda de bens do ativo fixo da empresa:

a) incide o ICMS por se enquadrar na hipótese prevista no art. 155, I, b, da Carta Federal;

b) incide o ICMS porque esses bens se ajustam ao conceito jurídico tributário de mercadorias;

c) não incide o ICMS porque, segundo o art. 155, I, b, da Lei Magna, não há, em tal situação, circulação de mercadoria no sentido jurídico-tributário;

d) incide o ICMS dado que as operações da venda evidenciam efetuar-se com habitualidade, ao menos previsível.

36. A regra legal da impenhorabilidade do bem de família, isto é, do imóvel da entidade familiar:

a) não se aplica ao crédito tributário à vista das garantias e dos privilégios de que desfruta;

b) aplica-se à cobrança de todos os impostos sem exceção;

c) somente incide se o devedor de crédito tributário dispuser de outros bens e, nesse caso, para ensejar o exercício do direito de nomear outro bem à constrição;

d) comporta exceção na cobrança de determinado imposto.

37. Dentre os privilégios da Fazenda Pública, na cobrança do crédito tributário, inclui-se o de:

a) requerer a falência do contribuinte, se pessoa jurídica;

b) o seu crédito preceder ao crédito decorrente da relação de trabalho;

c) igualar-se, na preferência, aos créditos quirográficos dos menores impúberes, arrolados no Estatuto da Criança e do Adolescente;

d) nenhuma alternativa é correta.

38. Assinale a alternativa correta:

a) a exclusão do crédito tributário não importa dispensa do cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüente;

b) na hipótese de pagamento de crédito tributário prescrito, é possível a sua repetição em homenagem ao princípio de que é vedado o enriquecimento sem causa;

c) no caso de pagamento de crédito tributário prescrito, somente é possível a sua repetição mediante a aplicação do instituto da compensação de créditos;

d) a contribuição confederativa instituída pela assembléia geral (art. 8º, IV, da Constituição) tem caráter tributário.

39. O preceito que proclama que o imposto territorial rural não incide sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel, constitui:

a) isenção subjetiva por levar em conta a condição da entidade familiar;

- b) elisão lícita imprópria;
- c) isenção real por recair sobre coisa;
- d) imunidade.

40. São elementos comuns à evasão e à elisão fiscais:

- a) simulação do ato jurídico;
- b) intencionalidade de não pagar o tributo ou pagar a menor e a natureza dos meios utilizados;
- c) ação, intenção, finalidade e o resultado;
- d) os momentos da utilização dos meios na relação fiscal, ou seja, no instante em que ocorre o fato gerador ou logo após a sua ocorrência.

GRUPO II – ECONÔMICO, CIVIL, PROCESSUAL CIVIL

41. Segundo a Lei 8.884, de 11.06.94, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica:

- a) é de natureza jurídica autárquica;
- b) é órgão da administração federal direta;
- c) é órgão da administração federal centralizada;
- d) tem competência para “decidir sobre a existência de infrações à ordem econômica e aplicar as penalidades previstas em lei” equiparando-se suas decisões, por ser um Tribunal administrativo, a órgão do Poder Judiciário.

42. Na ordem econômica vigente, orientada, entre outros, pelos princípios constitucionais da liberdade de iniciativa e da livre concorrência, a que a lei 8.884/94 disciplina, particularmente, com vistas a prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, o fato “concentração”:

- a) é vedado;
- b) é consentido e, em alguns casos, até estimulado;
- c) é figura não prevista na legislação brasileira;
- d) não figura como conteúdo das normas de direito econômico.

43. O Estado, quando assume o controle de parte dos meios de produção em determinada área da atividade econômica em sentido estrito, atua

- a) em regime de monopólio;
- b) em regime de competição;
- c) em regime de intervenção por direção ou indução;
- d) nenhuma alternativa é correta.

44. Sobre a preservação das florestas, no tocante ao aspecto de recursos naturais, a competência para legislar é:

- a) da União;
- b) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- c) dos Estados e do Distrito Federal;
- d) concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal.

45. A chamada posição dominante no mercado de bens e serviços:

- a) é tolerada sem restrições segundo a ordem econômica vigente;
- b) é estranha ao nosso ordenamento jurídico-econômico;
- c) é excepcionalmente admitida na prática de atos, desde que condicionada a certos objetivos político-econômico;
- d) constitui, em qualquer hipótese, infração à ordem econômica.

46. Dentre as medidas tendentes a garantir a tutela do consumidor, indique aquela cuja instauração cabe, com exclusividade, ao Ministério Público promover

- a) ação civil pública;
- b) cautelar preparatória;
- c) ação civil coletiva para a defesa dos interesses individuais homogêneos e de origem comum;
- d) inquérito civil.

47. O Código do Consumidor, ao atribuir ao fornecedor o dever de reparar danos causados aos consumidores pelo fato do produto ou do serviço no mercado, adota regra da responsabilidade:

- a) objetiva;
- b) de natureza mista, isto é, objetiva quanto à ação danosa, e subjetiva quanto à culpa do responsável pelo dano;
- c) aquiliana mitigada;
- d) compartilhada entre a empresa intermediária que vendeu o produto ao consumidor ou lhe prestou o serviço, e o fornecedor.

48. O mercado comum do Sul – Mercosul:

- a) é dotado de personalidade jurídica de direito internacional, contando com órgãos próprios;
- b) não tem personalidade jurídica de direito internacional; constitui-se, apenas, de blocos econômicos regionais, com a preservação da soberania de cada Estado partícipe;
- c) é de natureza e estrutura mistas: grande parte integrada por órgãos governamentais e a outra parte por organismos não estatais, que se denominam “blocagens regionais”;
- d) à falta de um tribunal de justiça internacional para a solução de questões da macroeconomia entre os Estados-Membros, criou o Tribunal Arbitral ad-hoc à feição dos tratados que instituíram as comunidades européias.

49. Pelo Tratado de Assunção e o protocolo internacional de Ouro Preto, as normas emanadas do mercado comum do Sul – Mercosul:

- a) entram em vigor imediatamente, obrigando o Brasil e os Estados Partes e constituindo-se em Direito Comunitário Internacional;
- b) para a sua aplicação no Brasil e nos Estados Partes, devem submeter-se a ato especial de recepção em cada Estado, e a partir daí incorporam-se aos ordenamentos jurídicos nacionais respectivos;
- c) têm primazia sobre as normas legais internas do Brasil por implicarem livre circulação de bens e serviços, eliminação das restrições tarifárias, coordenação de medidas macroeconômicas, de evidente interesse nacional, à vista do princípio consagrado no parágrafo único do art. 4º da Constituição Federal;
- d) nenhuma alternativa é verdadeira.

50. O Ato Governamental que impõe proibição de exportação a certo produto, impedindo o exportador de cumprir compromisso com a empresa contratada, quanto ao seu conteúdo, conceitua-se como ato de :

- a) direito administrativo;
- b) direito econômico;
- c) direito comercial;
- d) direito das finanças.

51. Assinale a alternativa correta:

- a) o prenome é imutável de modo que não cabe a sua retificação ainda que se constate erro gráfico;
- b) se o enterro não for no porto, o assento de óbito ocorrido em navio brasileiro, mercante ou de guerra, lavrado de acordo com a legislação da marinha, deve ser registrado no cartório competente do domicílio do falecido;
- c) a emancipação concedida por sentença produz efeitos independentemente do seu registro no cartório competente;
- d) a emancipação decorrente do exercício de emprego público efetivo independe de o menor ter completado dezoito anos.

52. O usufruto que foi estabelecido para beneficiar duas ou mais pessoas, extinguindo-se gradativamente em relação a cada uma das que falecerem, denominam-se:

- a) usufruto simultâneo;
- b) usufruto temporário;
- c) usufruto sucessivo;
- d) usufruto universal.

53. Assinale a alternativa correta:

- a) o dono do prédio superior não tem direito de utilizar-se livremente das águas de fonte não captada para satisfazer suas necessidades;
- b) os direitos de propriedade industrial são considerados imóveis por determinação legal;
- c) ter-se-á seguro de vida misto se houver uma combinação do seguro de vida integral com o seguro de capital diferido;
- d) no regime dotal os bens parafernais são aqueles necessariamente submetidos à administração do marido.

54. Assinale a alternativa incorreta:

- a) é inválido, por incapacidade do agente, o testamento celebrado por menor com dezesseis anos completos;
- b) não estão adstritas à colocação as doações remuneratórias de serviços prestados ao ascendente;
- c) o quase-usufruto é o que recai sobre bens consumíveis;
- d) no direito brasileiro, havendo comoriência verifica-se a presunção juris tantum da simultaneidade das mortes.

55. A procuração outorgada a vários procuradores com a esfera de atuação deles devidamente delimitada, cabendo a cada um agir apenas em seu setor, caracteriza:

- a) mandato plural fracionário;
- b) mandato plural solidário;
- c) mandato plural conjunto;
- d) mandato plural substitutivo.

56. O Direito Brasileiro:

- a) não admite, em hipótese alguma, a desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica;
- b) admite a desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica para proteger o consumidor, exclusivamente quando caracterizado abuso de direito;
- c) permite a desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica sempre que a sua personalidade implicar obstáculo, de alguma forma, ao ressarcimento de prejuízos causados ao consumidor;

d) autoriza ao Poder Judiciário desconsiderar a personalidade jurídica para proteger o patrimônio dos membros da pessoa jurídica.

57. Assinale a alternativa correta:

- a) ao consumidor é assegurada a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mas o exercício deste direito não implica redução proporcional dos juros e demais acréscimos;
- b) a mulher casada, tendo bens ou rendimentos próprios, será obrigada a contribuir para as despesas comuns do casal, se os bens comuns forem insuficientes para atendê-las;
- c) considera-se locação residencial aquela em que o locatário for pessoa jurídica e o imóvel destinar-se ao uso de seu sócio-gerente.
- d) Os sucessores do autor poderão reproduzir versões anteriores de obra que o autor, em virtude de revisão, tiver dado versão definitiva.

58. Assinale a alternativa correta:

- a) é permitida a colocação de criança órfã sob a guarda de família substituta estrangeira;
- b) o incorporador poderá fixar, para efetivação da incorporação, prazo de carência dentro do qual lhe é lícito desistir do empreendimento imobiliário e o referido prazo pode ser prorrogado uma vez;
- c) a doação conjuntiva é distribuída por igual entre os diversos donatários, exceto se o contrato estipulou o contrário;
- d) o direito de preempção é transmissível inter vivos e mortis causa.

59. No Direito brasileiro a hipoteca:

- a) pode ter como objeto navio ou aeronave;
- b) recai exclusivamente sobre bens imóveis por natureza;
- c) não se extingue quando se opera a resolução do domínio;
- d) produz efeitos contra terceiros desde a celebração do negócio jurídico.

60. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o erro accidental não justifica a anulação do negócio jurídico;
- b) o termo inicial aposto em negócio jurídico suspende a aquisição e o exercício do direito;
- c) na proteção que dispensa aos incapazes o direito brasileiro não inclui o benefício de restituição;
- d) consideram-se imóveis os materiais separados de um prédio, mas que serão nele mesmo reempregados.

61. Dá-se a Traditio Brevi Manu quando:

- a) se substitui a entrega material do bem por ato indicativo do propósito de transmitir a posse;
- b) o possuidor de uma coisa em nome alheio passa a possuí-la como própria;
- c) a posse pode ser continuada pela soma do tempo do atual possuidor com os seus antecessores;
- d) o possuidor de um bem imóvel em nome próprio passa a possuí-lo em nome alheio.

62. A obrigação que contém duas ou mais prestações com objetos distintos, da qual o devedor libera-se cumprindo apenas uma delas, mediante escolha sua ou do credor, denomina-se:

- a) obrigação conjuntiva;
- b) obrigação cumulativa;
- c) obrigação alternativa;
- d) obrigação facultativa.

63. Assinale a alternativa correta:

- a) a ignorância do fornecedor sobre o vício de qualidade por inadequação do produto exime-o de responsabilidade;
- b) na extinção da enfiteuse pelo comisso, que se opera de pleno direito, o senhorio não está obrigado a indenizar benfeitorias necessárias;
- c) impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários todos responderão pelas perdas e danos;
- d) se não for entregue ao destinatário até trinta dias depois de findo o prazo marcado para a sua entrega, presume-se a perda total da mercadoria objeto de transporte por empresa de estrada de ferro.

64. Quando a ineficácia de um negócio jurídico está subordinada a um evento futuro e incerto, diz-se que o negócio está submetido a:

- a) termo final;
- b) modo;
- c) condição resolutiva;
- d) condição suspensiva.

65. Assinale a alternativa correta:

- a) o direito brasileiro adotou o critério da livre formação das pessoas jurídicas, de modo que a pessoa jurídica existe a partir da conclusão do ato constitutivo;
- b) o domicílio de eleição prevalece ainda que, ajustado em contrato de adesão, dificulte à parte aderente o acesso ao judiciário;
- c) as res derelictae não se confundem com as coisas perdidas porque estas continuam a ter dono enquanto que aquelas foram voluntariamente abandonadas;
- d) se uma das partes oculta alguma coisa que o outro contratante deveria saber e se sabedor não teria realizado o negócio jurídico, está caracterizada a simulação maliciosa.

66. Relativamente ao habeas data da competência de magistrado de primeira instância pode-se afirmar que:

- a) a autoridade apontada como coatora tem o prazo de quinze dias para prestar informações;
- b) da decisão concessiva cabe recurso de apelação que deve ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo;
- c) não poderá ser renovado o pedido ainda que a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito;
- d) quando for concedido, o Presidente do Tribunal ao qual competir o julgamento do recurso poderá determinar a suspensão da execução da sentença, sujeitando-se tal decisão ao recurso de agravo para o próprio Tribunal.

67. Assinale a alternativa correta:

- a) na insolvência civil, o quadro de credores também deverá ser publicado nos órgãos oficiais dos Estados em que o devedor tenha filiais ou representantes;
- b) a abertura de testamento deixado pelo ausente só poderá ser realizada seis meses depois de publicada pela imprensa a sentença que determinou a abertura da sucessão provisória;
- c) denomina-se princípio da investidura aquele segundo o qual a autoridade dos órgãos jurisdicionais impõe-se por si, independentemente da vontade das partes ou de convenção para aceitarem os resultados do processo.
- d) a incompetência relativa pode ser declarada de ofício.

68. Assinale a alternativa correta:

- a) a denegação do mandado de segurança pela sentença não implica cessação da eficácia da liminar concedida;
- b) na desapropriação para instituir servidão administrativa não são devidos juros compensatórios pela limitação do uso da propriedade;
- c) não se aplicam à divisão e a partilha de bens da sociedade liquidanda os princípios que regem a partilha dos bens da herança;
- d) o inventor poderá requer ao juiz que a coisa lhe seja adjudicada se o dono, devidamente identificado, preferir abandoná-la.

69. Assinale a alternativa correta:

- a) é substituto processual do alienante da coisa litigiosa o adquirente que, com a autorização da parte contrária, passa a atuar no processo no lugar daquele;
- b) se uma parte não pediu, expressamente, a condenação da outra em honorários de advogado esta última, mesmo sucumbente, não poderá ser condenada pelo juiz ao pagamento da referida parcela;
- c) a ação de evicção não pode ser substituída pelo pedido de indenização do último adquirente contra o primitivo transmitente, com abstração da cadeia sucessiva de transmissões;
- d) a carta de ordem transmitida pelo telefone deve ser apresentada imediatamente pelo escrivão ao juiz para despacho, independentemente de qualquer outra providência.

70. A ação popular:

- a) pode ser ajuizada por pessoa jurídica;
- b) não comporta o ingresso de litisconsorte ou assistente do autor;
- c) pode ser liminarmente indeferida se o autor não depositar, antecipadamente, o valor das custas devidas;
- d) deve ser ajuizada perante juízo federal de primeira instância quando se questiona ato praticado pelo Presidente da República.

71. Assinale a alternativa correta:

- a) quando a ação civil pública for ajuizada pela União ou por Estado é dispensável a participação do Ministério Público;
- b) a cláusula compromissória tem a sua validade e eficácia vinculadas necessariamente à validade e eficácia do contrato em que estiver inserta;
- c) para a defesa dos direitos e interesses dos consumidores os legitimados devem utilizar-se exclusivamente da ação civil pública;
- d) contra o acórdão não-unânime proferido por Tribunal de Justiça que, interpretando de modo divergente de outros Tribunais estaduais a norma da Constituição Federal invocada pelo impetrante como fundamento da sua pretensão mandamental, concede mandado de segurança de sua competência originária, o recurso adequado é o extraordinário.

72. Assinale a resposta correta:

- a) o princípio da disponibilidade processual é configurado pelo poder de a pessoa apresentar ou não sua pretensão em juízo, bem como apresentá-la da maneira que melhor lhe aprouver, admitindo-se inclusive que a ela renuncie;
- b) o princípio dispositivo consiste na regra de que o juiz independe, na instrução da causa da iniciativa das partes quanto às provas e às alegações em que se fundamentará a decisão;
- c) a existência de órgãos jurisdicionais especializados para o exercício da jurisdição civil e penal infirma o caráter unitário da jurisdição como poder estatal;
- d) a unidade do Ministério Público significa que todos os seus membros devem adotar sobre determinada matéria a mesma posição.

73. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o princípio da perpetuatio jurisdictionis indica que firmada a competência de um órgão judiciário ela perdura até o final do processo, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente à propositura da ação, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia;
- b) a capacidade de estar em juízo equivale, no plano processual, à capacidade de fato ou de exercício prevista na lei civil;
- c) a oposição, quando oferecida após a sentença, deve ser ajuizada perante o órgão jurisdicional a que estiver submetido o respectivo recurso;
- d) é inviável ao judiciário substituir, no pólo passivo da relação processual do mandado de injunção, a autoridade impetrada que o requerente indicou na inicial.

74. A exceção de pré-executividade do título:

- a) é o expediente processual que viabiliza ao credor o ajuizamento da execução antes do trânsito em julgado da sentença condenatória;
- b) é a defesa que o executado apresenta na execução, independentemente de embargos e sem que o juízo esteja seguro, veiculando alegações a respeito de ausência de pressupostos processuais e condições da ação de execução;
- c) é um direito processual do exequente em razão do qual o juiz pode determinar a alienação judicial do bens penhorados antes mesmo do julgamento dos embargos do devedor;
- d) consiste na alegação formulada pelo executado, em embargos do devedor, no sentido de que há excesso de execução porque processada de modo diferente do que foi determinado na sentença.

75. Assinale a alternativa correta:

- a) cabe ação direta de inconstitucionalidade contra norma constante de lei anterior à Constituição que fundamenta o pedido;
- b) compete ao Tribunal Regional Federal dirimir conflito de competência verificado na respectiva Região, entre juiz federal e juiz estadual investido de jurisdição federal;
- c) a remissão é a liberação do devedor da constrição executiva, mediante o pagamento do débito;
- d) quando o réu, sem negar as afirmações feitas pelo autor, argüi outro fato impeditivo do direito deduzido na inicial, diz-se que apresentou defesa direta de mérito.

76. No mandado de segurança:

- a) pode ser dispensada a manifestação do Ministério Público quando não estiver em causa qualquer dos interesses previstos no artigo 82 do CPC;
- b) a pretensão mandamental deve ser dirigida contra a autoridade delegante quando o ato impugnado tiver sido praticado por autoridade no exercício de competência delegada;
- c) garante-se tutela jurisdicional a direito líquido e certo, entendido este como aquele que, para o seu reconhecimento, não exige o deslinde de tese jurídica complexa;
- d) é inadmissível a utilização do recurso de embargos infringentes.

77. Assinale a alternativa correta:

- a) a ação de divisão e demarcação de terras pode ser proposta no foro de eleição;
- b) a legitimidade para representar o espólio em juízo é sempre do inventariante, ainda que dativo;
- c) o Ministério Público deve intervir obrigatoriamente nas causas processadas perante os Juizados Especiais Cíveis em que há interesse de incapazes;
- d) a confissão judicial pode ser feita por mandatário com poderes especiais.

78. Se o autor der motivo, por três vezes, à extinção do processo por abandonar a causa por mais de trinta dias, deixando de promover os atos e diligências que lhe competia, não poderá intentar nova ação contra réu com mesmo objeto. A hipótese descrita constitui caso de:

- a) caducidade;
- b) prescrição;
- c) perempção;
- d) confusão.

79. Assinale a alternativa correta:

- a) o prazo para contestação do réu citado por edital começa a correr a partir do primeiro dia útil seguinte ao da última publicação do edital;
- b) o cumprimento da decisão que concede tutela antecipada pode implicar a prática de atos que importem em alienação do domínio;
- c) ocorre o reconhecimento do pedido quando o réu, em ação de conhecimento, admite a veracidade dos fatos afirmados pelo autor na petição inicial;
- d) na ação de desapropriação a revelia do expropriado não implica aceitação do valor da oferta, de modo que é obrigatória a realização da prova pericial.

80. A respeito do processo judicial de discriminação de terras públicas é incorreto afirmar:

- a) que será observado o procedimento sumário;
- b) que contra a sentença nele proferida cabe o recurso de apelação, que deve ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo;
- c) que a citação dos réus será feita por edital;
- d) que o procedimento de demarcação é diverso daquele estabelecido nos artigos 959 a 966 do CPC.

GRUPO III – ELEITORAL, PENAL, PROCESSUAL PENAL

81. De acordo com as normas constitucionais e legais de organização e competência da Justiça Eleitoral:

- a) compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar os crimes eleitorais praticados pelos Governadores de Estados, Deputados Federais e Senadores;
- b) as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais são terminativas, delas não cabendo recurso, nas hipóteses de anulação de diplomas ou decretação de perda de mandatos eletivos nas eleições estaduais e municipais;
- c) cabe ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originalmente a ação rescisória nas questões relativas a inelegibilidades, quanto aos seus próprios Acórdãos e aos dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Supremo Tribunal Federal;
- d) cabe recurso especial para o Tribunal Superior Eleitoral nas hipóteses de decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais proferidas contra disposição expressa da Constituição ou da lei e de dissídio jurisprudencial na interpretação da lei entre dois ou mais Tribunais Eleitorais, sendo irrecorríveis as decisões daquela Corte Superior, salvo se contrariarem a Constituição e as denegatórias de habeas corpus ou mandado de segurança.

82. O Ministério Público Eleitoral:

- a) tem como Membros exclusivamente os Procuradores Regionais da República que atuam como Procuradores Regionais Eleitorais junto aos Tribunais Regionais Eleitorais e os demais Membros do Ministério Público Federal que oficiam em cada uma das Capitais e em todas comarcas no interior dos Estados da Federação, vedada a função eleitoral ao Ministério Público Estadual;

- b) tem como incumbências, dentre outras, representar à Justiça Eleitoral para a abertura de investigação judicial visando a apurar uso indevido ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou ainda utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social;
- c) pode mover ação penal apenas nos casos de crimes eleitorais de ação pública cabendo-lhe opinar, mas não impugnar registros de candidaturas nas hipóteses de inelegibilidades;
- d) compõe o quinto constitucional, com os advogados, nos Tribunais Regionais Eleitorais.

83. As inelegibilidades, conforme a Constituição:

- a) são condições de elegibilidade que têm caráter absoluto, em todas as hipóteses, visando a assegurar a lisura no processo eleitoral;
- b) distinguem-se das condições de elegibilidade e, além das inelegibilidades constitucionais, outras hipóteses de inelegibilidade de natureza infraconstitucional, são estabelecidas em lei complementar;
- c) podem ser absolutas ou relativas, constitucionais ou infraconstitucionais, implicando restrições a direitos políticos somente nas hipóteses definidas pelo Ministério Público diante da gravidade das violações à lisura do pleito;
- d) não permitem a reelegibilidade para os cargos de Chefia dos Poderes Executivo Federal, Estadual e Municipal, salvo nas hipóteses de plebiscito.

84. Aos partidos políticos, segundo a Constituição da República:

- a) é assegurada autonomia, decorrente de sua personalidade jurídica de direito privado, na forma da lei civil, não sendo necessário para o seu funcionamento o registro na Justiça Eleitoral;
- b) tendo em vista sua autonomia, é assegurada a plena liberdade para sua criação, fusão ou incorporação independentemente de qualquer preceito, em cumprimento ao princípio da liberdade de associação para fins lícitos no regime democrático;
- c) é garantido o direito aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, mesmo na hipótese de Partidos Políticos estaduais, sem registro civil, em face do princípio da isonomia partidária e do respeito às minorias;
- d) é assegurada autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.

85. O Mandato Eletivo:

- a) não pode ser impugnado após a diplomação, se não houver recurso contra a expedição do diploma, estando a matéria preclusa, salvo em caso de inelegibilidade constitucional;
- b) somente pode ser invalidado mediante ação de improbidade administrativa ou condenação criminal transitada em julgado, cassados os direitos políticos do seu titular;
- c) após a diplomação e posse do eleito, pode ser invalidado mediante representação por abuso do poder econômico ou inelegibilidade julgada procedente, sendo a invalidação decorrência automática da cassação do registro;
- d) poderá ser impugnado perante a Justiça Eleitoral, no prazo de quinze dias contados da diplomação, tramitando a ação em segredo de justiça, instruída com provas de corrupção, fraude ou abuso do poder econômico.

86. A propaganda eleitoral:

- a) é permitida em qualquer hipótese, em face do princípio constitucional da ampla liberdade de expressão e do debate democrático, sendo restringido apenas o uso do rádio e da televisão fora do horário gratuito;
- b) tem limitações estabelecidas na legislação quanto à propaganda mediante outdoors, na imprensa e no rádio e na televisão, dentre outras, visando a garantir a isonomia na competição eleitoral, assegurando-se ainda direito de resposta a candidato, partido ou coligação, nas hipóteses de conceito, imagem ou afirmação caluniosa, injuriosa ou difamatória ou sabidamente inverídica, difundidas por qualquer veículo de comunicação social;

- c) não é permitida mediante a realização de pesquisas e testes pré-eleitorais, sendo vedadas tais pesquisas de opinião pública em qualquer hipótese a partir do registro das candidaturas, para impedir a manipulação do eleitorado;
- d) intrapartidária, visando à escolha em convenção de candidato, pode ser livremente realizada mediante uso de rádio, televisão e outdoor.

87. São crimes eleitorais:

- a) o abuso do poder econômico e do poder político, em qualquer hipótese comprovada, observado o devido processo legal, sendo punidos os beneficiários do abuso com a perda do mandato e as penas dos crimes de prevaricação e corrupção passiva;
- b) aqueles tipificados no Código Eleitoral e na legislação eleitoral esparsa, que visam a proteger precipuamente como bens jurídicos fundamentais a lisura na realização do pleito e a verdade eleitoral;
- c) a não participação no processo político-eleitoral, em detrimento do regime democrático, contribuindo deleterianamente para a abstenção, os votos em branco e nulos, e violando a soberania popular;
- d) todas as condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais.

88. A fiscalização das eleições:

- a) é realizada exclusivamente pelo Ministério Público Eleitoral em todas as fases do processo de votação e apuração das eleições;
- b) incumbe aos candidatos, aos Partidos Políticos e Coligações e ao Ministério Público Eleitoral;
- c) não é permitida quanto ao processamento eletrônico da totalização dos resultados, considerando que não há manipulação humana de cédulas ou risco de fraude;
- d) é tarefa de todos os cidadãos, inscritos como eleitores no domicílio eleitoral, que, conforme a Constituição, têm direito de acesso à fiscalização em todas as fases do processo de votação e apuração das eleições, podendo promover impugnação de registros de candidaturas e de votos inválidos.

89. A votação e a totalização dos votos:

- a) serão feitas por sistema eletrônico ou mediante o uso de células oficiais, sendo que apenas no primeiro método não são computados os votos em branco no cálculo no quociente eleitoral, por razões de natureza técnica;
- b) serão feitas, nas eleições proporcionais pelo sistema eletrônico, computando-se para a legenda partidária os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o número identificador do Partido Político seja digitado de forma correta;
- c) a partir das eleições municipais de 1996, somente podem ser feitas pelo sistema eletrônico;
- d) cabem exclusivamente à Justiça Eleitoral, que pode autorizar o Ministério Público e os Partidos Políticos, nas condições que estabelecer, a realizar, em parte, a totalização dos votos na presença dos candidatos e das coligações, como observadores eleitorais.

90. No processo de registro de candidatos:

- a) é facultado ao Partido Político ou à Coligação substituir candidato que for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo do registro ou, ainda, tiver seu registro indeferido ou cancelado;
- b) nas eleições majoritárias, o pedido de registro, por inexistir voto de legenda como nas eleições proporcionais, dispensa a prova da filiação partidária;

- c) nas eleições proporcionais, o candidato indicará as variações nominais com que deseja ser registrado, devendo a Justiça Eleitoral, em caso de homonímia, decidir sempre em favor do que primeiro solicitou o registro;
- d) no caso de coligação partidária para as eleições proporcionais, independentemente do número de Partidos Políticos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o triplo do número de lugares a preencher.

91. X adquire bem, produto de furto, disto sabedor, porque assim ajudava T, autor do furto a aproveitar-se do ilícito que consumara. Tempos após X delibera ter ganho econômico com o bem adquirido, e o vende a J, ludibriando-o. Na conduta de X:

- a) há, unicamente, receptação dolosa consumada porque o estelionato é post facto impunível;
- b) há concurso material da receptação dolosa consumada com o estelionato consumado;
- c) há concurso material entre a receptação dolosa, o favorecimento real consumado e o estelionato;
- d) há concurso formal heterogêneo entre a receptação dolosa e o favorecimento real, porque o estelionato é post facto impunível.

92. Em relação aos delitos omissivos, pode-se dizer que

- a) nos omissivos próprios o resultado integra o tipo penal;
- b) a nova parte geral do Código Penal não adotou a técnica de indicação analítica das fontes do dever de agir;
- c) na letra a, do § 2º, do artigo 13 do Código Penal acolheu-se a chamada teoria das fontes da jurisprudência alemã;
- d) nenhuma das opções.

93. Diante de certas prescrições normativas, que impõem o cumprimento da pena integralmente no regime fechado, o desrespeito prevalente, pode-se dizer, é

- a) ao princípio da humanidade;
- b) ao princípio da personalidade;
- c) ao princípio da individualização;
- d) ao princípio da intervenção mínima.

94. O princípio da insignificância:

- a) não cabe tenha abrigo em nosso direito penal;
- b) extingue a culpabilidade;
- c) é corolário do princípio da legalidade;
- d) extingue a tipicidade.

95. Se a norma, que complementa o preceito penal, passa a assentar-se em motivo permanente, tal a retirada de uma doença como contagiosa

- a) não prevalece a incriminação do evento feita na contemporaneidade da norma depois modificada;
- b) o artigo 3º do Código Penal sempre se aplica à norma penal em branco impedindo a solução mais favorável ao autor;
- c) a hipótese figurada no problema tem a mesma solução para as tabelas de preço novas que os liberando fazem desaparecer ilícito contra a economia popular, mesmo que perpetrados em ocasião de tabelamento;
- d) nenhuma das opções.

96. O conceito de funcionário público, para fins penais

- a) não atinge os titulares de tabelionatos;
- b) só atinge os auxiliares (servidores) dos tabelionatos;
- c) atinge tanto os titulares quanto os auxiliares do tabelionato;
- d) não atinge os titulares e os auxiliares do tabelionato a teor do artigo 236 da Constituição Federal.

97. Afirmada na denúncia que a associação criminosa perdurava até a sua data

- a) no seu recebimento situa-se a cessação da permanência para que se inicie a contagem da prescrição;
- b) no seu ajuizamento situa-se a cessação da permanência para que se inicie a contagem da prescrição;
- c) na instauração do inquérito situa-se a cessação da permanência para que se inicie a contagem da prescrição;
- d) no encerramento do inquérito situa-se a cessação da permanência para que se inicie a contagem da prescrição.

98. Z, na qualidade de síndico, desviou bens da massa falida, por firmar relatório contra a verdade. Z perpetra

- a) o delito tipificado do inciso I, do artigo 189, da Lei de Falências;
- b) o delito tipificado no inciso IV, do artigo 189, da Lei de Falências;
- c) o delito tipificado no artigo 168, § 1º, inciso II, do Código Penal;
- d) o delito tipificado no artigo 168, § 1º, inciso II, do Código Penal, em concurso material com o delito tipificado no inciso IV, do artigo 189, da Lei de Falências.

99. Contemplando o texto da alínea D, do artigo 95, da lei nº 8.212/91 pode-se dizer:

- a) que os sujeitos ativos desta infração penal restringem-se a comerciantes, industriais, etc., não contemplando agentes públicos;
- b) que a extinção da punibilidade só poderá ser decretada com a quitação da última parcela do débito parcelado;
- c) que medida provisória pode sustar a incidência deste tipo penal ante o requerimento de parcelamento de débito;
- d) todas as opções estão corretas.

100. H, servidor público, apregoando esta condição, a que se seguem atos de grave ameaça, logra fazer com que Z demolisse pequena construção que Z tinha dentro de seu próprio lote, porque H sentia-se incomodado com tal construção.

- a) há concussão;
- b) há exercício arbitrário das próprias razões;
- c) há extorsão;
- d) há constrangimento ilegal.

101. Inscrevendo-se o princípio da culpabilidade como fundamento da pena

- a) é correto dizer que o sistema penal projeta-se em perspectiva eticizante;
- b) a pena é resposta a uma concepção de prevenção geral;
- c) a perspectiva assim posta ao sistema penal é nitidamente utilitarista;
- d) todas as opções estão corretas.

102. X formula delatio criminis contra Z imputando-lhe determinado furto. O inquérito é arquivado, por cabal inexistência do fato assim proclamado falso.

- a) X comete o delito de comunicação falsa de crime;

- b) X comete denúncia caluniosa;
- c) X comete calúnia;
- d) X comete calúnia em concurso formal homogêneo com o delito de comunicação falsa de crime.

103. Z, agente policial, que estava no recinto de delegacia, onde se lavrara auto de flagrante delito contra J, deste sofre as seguintes agressões verbais:
“Você é um palhaço, completo idiota, tá me olhando, por quê?”. Z não participou da prisão de J, sequer a testemunhara.

- a) há difamação;
- b) há injúria;
- c) há calúnia;
- d) há desacato.

104. J recebe notificação da receita para que fundamente gastos com educação. J, em resposta, junta recibos falsos pelos quais remunerara Y, que os vendera, tendo-os recebido de um desconhecido.

- a) J comete o delito tipificado no artigo 2º, I, da Lei 8.137/90 e Y o crime de uso documento falso (artigo 304, C.P.);
- b) J comete, em concurso com Y, o delito de artigo 304, do Código penal, e J comete, ainda, o tipo previsto no artigo 2º, I, da Lei 8.137/90;
- c) J comete o delito do artigo 1º, I, da Lei 8.137/90 e Y uso de documento falso;
- d) Nenhuma das opções.

105. X, que não é funcionário público, vale-se de Z, funcionário, que, agindo em erro do tipo, compreende que o que se lhe entregara não tem valor econômico, assim ocasionando evento de corrupção passiva com vantagem para ele X. A conduta de X

- a) não é típica;
- b) é típica pela figura do autor de determinação;
- c) é típica pelo chamado domínio funcional do fato;
- d) é típica sob a ótica da participação.

106. O advogado J, contratado pelo parlamentar federal X, que está indiciado em inquérito policial instaurado por requisição do Procurador-Geral da República S, ajuíza em vara criminal da justiça federal, em Brasília, habeas-corpus, sustentando:

- I. ausência do advogado no interrogatório do indiciado, eis que este não fora comunicado de que deveria comparecer a tal ato com seu patrono, violando-se, assim, o princípio do contraditório;
- II. necessidade de obtenção de licença do Parlamento ao processamento criminal do indiciado.

Analisando as alegações acima, deverá o Juízo Federal:

- a) conhecer do pleito deferindo-o unicamente pelo primeiro fundamento;
- b) conhecer do pleito deferindo-o unicamente pelo segundo fundamento;
- c) conhecer do pleito deferindo-o por ambos os fundamentos;
- d) nenhuma das opções.

107. O advogado Y, contratado pelo acusado Z, ajuíza habeas-corpus, sustentado:

- I. nulidade do interrogatório judicial Z porque, contando com 19 anos de idade, não se lhe deu defensor dativo, e tampouco curador, ante a ausência do já constituído;

- II. nulidade do interrogatório de Z porque ao defensor Ad Hoc, que assim lhe fora designado, não se lhe permitiu a formulação de quesitos;
- III. nulidade reconhecível no não interrogatório do réu Z, que permaneceu revel, após a decisão condenatória, quando Z apresentara-se para recorrer, em tempo hábil.

Analisando as assertivas acima verifica-se que:

- a) procedem as nulidades argüidas nos itens I e II;
- b) procede, unicamente, a nulidade argüida no tem I;
- c) procede, unicamente, a nulidade argüida no item II;
- d) procede, unicamente, a nulidade argüida no item III.

108. Em tema de ação penal, é verdadeiro dizer-se

- a) que o Promotor de Justiça na ação penal privada não pode, mesmo que evidente, ampliar a extensão temática da pretensão punitiva;
- b) que o Procurador da República, pelo princípio da obrigatoriedade, não pode desistir da ação penal pública que obedece o rito comum;
- c) que o princípio da oficialidade legitima o simples repúdio da queixa-subsidiária pelo Procurador da República;
- d) que o ato judicial que ratifica a manifestação do arquivamento do inquérito policial subscrita por Promotor de Justiça tem carga decisória.

109. O Juiz Federal P, diante da denúncia formalizada pelo procurador da República L, com base exclusiva em inquérito administrativo, tipificando a conduta como delito de peculato, pronuncia-se assim: “recebo a opinio delicti, fazendo-o, todavia, para processar o acusado pelo delito de apropriação indébita. Seja citado”.

- a) procede a alteração do tipo no juízo de admissibilidade;
- b) em situações que tais o Juiz P deveria obedecer o contraditório prévio;
- c) nos delitos funcionais a opinio delicti deve também estar embasada em justificação;
- d) nenhuma das opções.

110. O Procurador da República J é, por escrito, em petição do advogado L acusado de ter recebido propina, para manifestar-se pelo arquivamento dos autos de inquérito policial. L lançou dita assertiva com o propósito único de afastar J do caso.

- a) a ação penal de que se valerá J é de natureza exclusivamente pública condicionada;
- b) J legitima-se ao exercício de ação penal privada;
- c) persiste para J o exercício da queixa-subsidiária caso o Ministério Público manifeste-se pelo arquivamento;
- d) o foro competente a exame do delito é o Colegiado de 2º grau.

111. O Procurador da República X manifesta-se pelo arquivamento de investigação iniciada por delatio criminis, subscrita por Y, dando conta que J falsificara documento público federal. O arquivamento tem beneplácito judicial. J formaliza representação contra Y por denúncia caluniosa.

- a) o Procurador da República X é o “Promotor Natural” ao exame da denúncia caluniosa;
- b) não há o princípio do “Promotor Natural” no sistema processual penal brasileiro pelo que o exame persecutório sobre a denúncia caluniosa pode ser feito por outro membro do Ministério Público Federal;
- c) Há o princípio do “Promotor Natural” no sistema processual penal brasileiro; todavia, a atribuição persecutória do delito de denúncia caluniosa é, neste caso, de Promotor de Justiça;

d) O princípio “Promotor Natural” tem assento constitucional na unidade e indivisibilidade do Ministério Público.

112. O Juiz K absolve L, forte na legítima defesa putativa.

- a) a situação está prevista no inciso V, do artigo 386, do C.P.P. inviabilizando sucesso em possível ação indenizatória;
- b) se L for pobre a legitimatio ad causam é sempre do Ministério Público;
- c) o fundamento desta absolvição é irrelevante ao destino da ação cível indenizatória que se venha a propor;
- d) a situação apresentada equipara-se ao estado de necessidade próprio, viabilizando procedência na ação cível indenizatória.

113. J, brasileiro naturalizado, perpetrou o envio de cocaína para Londres, a partir do porto do Rio de Janeiro. Preso em Londres Y, comparsa de J, confessa à polícia inglesa que J de tudo era o mentor. Em nosso país não há registro de persecução criminal contra J, a propósito. Solicita a Inglaterra a extradição de J, por prometer reciprocidade, e com o mero registro do ato de prisão de Y.

- a) porque, em nosso País, adotamos o sistema belga, em pleitos extradicionais, da révision au fond, a extradição não será concedida;
- b) a extradição não será concedida porque a justiça brasileira é competente a exame do evento;
- c) a extradição não será concedida em homenagem ao princípio da nacionalidade que veda a entrega de brasileiro, mesmo naturalizado;
- d) nenhuma das opções.

114. A realizou furto qualificado na cidade de Taguatinga, DF. O Juiz da 2ª vara criminal de Brazlândia, DF, determinou a citação de A, que neste juízo foi criminalmente processado. Concluída a instrução, com os autos conclusos à sentença, o juiz da 2ª vara criminal ex officio deu-se por incompetente.

- a) não poderia fazê-lo porque relativa a nulidade dependeria de arguição da parte interessada;
- b) poderia fazê-lo pelo princípio da eventualidade;
- c) poderia fazê-lo pelo caráter de objeção de que são dotadas todas as exceções no processo penal brasileiro;
- d) não poderia fazê-lo porque o instante máximo de arguição das exceções está no encerramento da instrução criminal.

115. O Prefeito municipal T, por 2 x 1 votos foi condenado, pela 2ª Câmara Criminal, à sanção de 6 anos de reclusão, por afronta ao artigo 312, do C.P.P.. O voto vencido estabelecia a sanção no mínimo legal. T formula recurso extraordinário calcado em cerceamento de defesa por vício na citação editalícia, e que prevaleça o voto vencido, com a concessão de sursis. Ante a fundamentação proposta:

- a) não cabe tenha conhecimento o recurso extraordinário ante o teor da Súmula nº 281;
- b) não cabe tenha conhecimento o recurso extraordinário ante o teor da Súmula nº 356;
- c) não cabe tenha conhecimento o recurso extraordinário por reduzir-se tudo a temas infraconstitucionais;
- d) todas as opções são possíveis de serem deduzidas no despacho de inadmissibilidade do processamento de recurso extraordinário.

116. A e B são condenados a 6 anos de reclusão, pelo crime de peculato. A formula apelação que, provida, sanciona-o no grau mínimo. B atuou como partícipe no evento, embora contasse com 22 anos de idade e A, 19, mas B não recorreu.

- a) pelo efeito dilatório-procedimental dos recursos o provimento alcança B;
- b) pelo efeito extensivo, dada a definição da conduta de B, o provimento alcança-o;
- c) o fator idade, que é personalíssimo, impede a aplicação do princípio regressivo, inviabilizando a extensão do provimento a B;
- d) nenhuma das opções.

117. J é condenado a 3 anos por corrupção passiva. Apela e este seu recurso é improvido. Manifesta recurso especial. J solicita fiança.

- a) cabe a sua concessão;
- b) não cabe a sua concessão porque a consideração da pena in concreto permite a incidência do inciso I, do artigo 323, C.P.P.;
- c) não cabe a sua concessão porque o STF autoriza a execução provisória do julgado penal;
- d) não cabe a sua concessão porque o recurso especial não é dotado de efeito suspensivo.

118. H, apresentando-se como graduado oficial da aeronáutica, disto valeu-se para constranger L obrigando-o a entregar-lhe o valor do cheque que descontava em caixa bancário. H foi condenado na justiça comum pelos delitos de falsa identidade e constrangimento ilegal, ambas as condenações transitadas em julgado. H, em ação de habeas-corpus, suscita a incompetência.

- a) o pleito é de ser indeferido porque a competência é mesmo da Justiça Comum para os delitos;
- b) se deferido o habeas-corpus tudo há de se fazer na Justiça Federal;
- c) se deferido o habeas corpus, só se anula o processamento e decisão do delito de falsa identidade;
- d) nenhuma das opções.

119. O Procurador da República X é morto por J, comerciante, porque o denunciara como sonegador de impostos federais. J é processado e julgado pelo júri comum da cidade de Ribeirão Preto, onde o evento aconteceu, quedando sancionado a 15 anos de reclusão. J ajuíza habeas-corpus, cujo desfecho é, anulando a decisão, encaminhar o evento a exame de júri federal, em Ribeirão Preto.

- a) sanção que venha a acontecer no Júri Federal não pode ultrapassar 15 anos (reformatio in pejus direta);
- b) não se aplica a reformatio in pejus em casos que tais;
- c) a nova denúncia não pode alterar a definição jurídica do evento, porque o ato de recebimento da denúncia não é decisório (artigo 567, C.P.P.);
- d) no caso não há que se falar em constituição de Júri por prevalecer a regra de prerrogativa de função.

120. A sucumbência reflexa

- a) não existe no processo penal brasileiro;
- b) prevê enumeração exemplificativa dos legitimados;
- c) confunde-se com a assistência;
- d) é de provocação restrita da instância recursal.

GABARITO

001-C	016-D	031-A	046-D	061-B	076-D	091-B	106-D
002-C	017-D	032-D	047-A	062-C	077-D	092-C	107-D
003-C	018-D	033-D	048-A	063-D	078-C	093-C	108-A
004-C	019-A	034-C	049-B	064-C	079-D	094-D	109-B
005-C	020-D	035-C	050-B	065-C	080-D	095-A	110-B
006-B	021-A	036-D	051-B	066-D	081-D	096-C	111-A
007-C	022-C	037-D	052-A	067-A	082-B	097-A	112-C
008-D	023-A	038-A	053-C	068-D	083-B	098-C	113-D
009-A	024-B	039-D	054-A	069-C	084-D	099-B	114-C
010-B	025-B	040-C	055-A	070-D	085-D	100-D	115-C
011-B	026-B	041-A	056-C	071-D	086-B	101-A	116-B
012-D	027-C	042-B	057-B	072-A	087-B	102-B	117-A
013-B	028-C	043-B	058-C	073-C	088-B	103-B	118-C
014-C	029-D	044-D	059-A	074-B	089-B	104-D	119-B
015-B	030-C	045-C	060-B	075-B	090-A	105-B	120-D